



O avanço necessário das punições para crimes financeiros e fraudes contábeis

Jorge Calazans (*)

O endurecimento das punições para crimes financeiros, fraudes contábeis e manipulação de informações no mercado de capitais representa um passo necessário para a proteção da economia brasileira e para a reconstrução da confiança institucional no ambiente de negócios. Em um país historicamente marcado por escândalos corporativos, esquemas de pirâmide financeira e estruturas empresariais montadas para ocultar patrimônio ou enganar investidores, o fortalecimento da legislação deixa de ser apenas uma resposta política e passa a ser uma exigência econômica e social.

A discussão em torno do projeto que tramita no Senado Federal, ampliando penas e criando mecanismos mais rigorosos de responsabilização, surge em um momento particularmente sensível. O Brasil convive com um cenário de crescente sofisticação das fraudes financeiras, impulsionadas pela digitalização das operações, pela popularização de plataformas de investimento e pelo uso de estruturas empresariais complexas capazes de dificultar rastreamento, fiscalização e responsabilização.

Durante muitos anos, a legislação brasileira tratou crimes financeiros de maneira fragmentada e, em alguns casos, excessivamente branda diante dos impactos econômicos causados. A consequência disso foi a consolidação de uma percepção perigosa: a de que fraudes empresariais sofisticadas raramente produzem punições proporcionais aos danos gerados.

Não se trata apenas de perdas patrimoniais individuais. Fraudes contábeis afetam diretamente a credibilidade do mercado, comprometem empregos, destroem empresas, afastam investidores e deterioram a confiança em instituições financeiras e regulatórias. Quando balanços são manipulados, informações relevantes são ocultadas ou promessas irreais de rentabilidade são disseminadas artificialmente, o dano extrapola o universo dos investidores diretamente atingidos. O efeito contamina todo o ambiente econômico.

A criação do crime específico de fraude contábil possui relevância estratégica justamente porque reconhece a centralidade da informação na dinâmica econômica contemporânea. O mercado funciona baseado em confiança. Investidores, acionistas, fornecedores e consumidores tomam decisões a partir de dados financeiros divulgados pelas empresas. Quando essas informações são deliberadamente distorcidas, rompe-se um dos pilares fundamentais da atividade econômica moderna.

Outro aspecto relevante do projeto é a previsão de proibição do exercício de atividade empresarial para condenados por determinados crimes financeiros. A medida possui importante caráter preventivo. Em diversos casos recentes, investigados e condenados continuaram atuando no mercado por meio de novas empresas, laranjas

ou estruturas societárias paralelas, reproduzindo modelos fraudulentos com aparência de legalidade.

O fortalecimento das punições também aproxima o Brasil de padrões internacionais de governança e compliance. Mercados maduros possuem sistemas rigorosos de responsabilização justamente porque segurança jurídica não significa proteção à impunidade corporativa. Ao contrário: ambientes econômicos sólidos dependem de fiscalização eficiente, transparência e punição efetiva para desvios graves.

É importante destacar que endurecer a legislação não significa criminalizar a atividade empresarial legítima nem transformar riscos econômicos naturais em ilícitos penais. O empreendedorismo exige liberdade, inovação e tolerância ao risco. O que se busca combater são práticas dolosas estruturadas para enganar investidores, manipular demonstrações financeiras e obter vantagens ilícitas às custas da confiança coletiva.

Nesse contexto, o fortalecimento da atuação de órgãos reguladores, autoridades financeiras, Ministério Público e Polícia Judiciária torna-se indispensável. Leis mais severas sem capacidade investigativa produzem apenas efeito simbólico. A efetividade depende de inteligência financeira, integração institucional, rastreamento patrimonial e rapidez na resposta estatal.

A evolução legislativa também possui dimensão pedagógica. Ao estabelecer consequências mais graves para fraudes financeiras e manipulação contábil, o Estado transmite ao mercado a mensagem de que práticas fraudulentas não serão mais tratadas como meras irregularidades administrativas ou infrações secundárias. Trata-se de reconhecer que crimes financeiros possuem elevado potencial destrutivo e atingem não apenas indivíduos, mas a própria estabilidade econômica.

O Brasil precisa consolidar uma cultura de responsabilidade empresarial compatível com a complexidade do mercado contemporâneo. Transparência, governança e integridade não podem continuar sendo apenas discursos institucionais utilizados em campanhas corporativas. Devem representar compromissos concretos, respaldados por fiscalização eficiente e responsabilização proporcional à gravidade das condutas.

O avanço das punições, portanto, não deve ser visto como ameaça ao setor produtivo, mas como instrumento de proteção à economia saudável, à livre concorrência e à confiança pública. Mercados fortes não convivem com impunidade estrutural. Convivem com regras claras, fiscalização séria e consequências efetivas para quem transforma fraude em modelo de negócio.

(*) Sócio do escritório Calazans & Vieira Dias Advogados, conveniado à rede de escritórios do IPGE - Instituto Social de Proteção e Garantia do Equilíbrio nas Relações de Consumo.

Sete em cada dez empresas já decide contratações por IA; saiba como passar pela triagem

Ferramentas de inteligência artificial já estão redesenhando currículos, portfólios e processos seletivos, fazendo com que candidatos precisem adaptar suas informações para algoritmos. Entenda como se destacar

Você envia o currículo. Segundos depois, uma inteligência artificial decide se ele continuará no processo seletivo ou será descartado antes mesmo de chegar às mãos de um recrutador. É o que já acontece em 7 de cada 10 empresas brasileiras, segundo levantamento realizado pela Pandapé em parceria com a Adecco, com 460 profissionais de recursos humanos. Entre os entrevistados, 77% afirmam utilizar ferramentas de inteligência artificial diariamente nos processos de recrutamento.

Triagens automatizadas de currículos, testes comportamentais aplicados por algoritmos e entrevistas conduzidas por chatbots passaram a integrar a jornada de contratação antes mesmo da avaliação humana. Ou seja, o primeiro filtro do mercado de trabalho deixou de ser feito por pessoas.

Os chamados ATS (Applicant Tracking Systems), sistemas utilizados para gerenciar candidaturas, operam hoje com modelos de inteligência artificial capazes de identificar palavras-chave, interpretar compatibilidade semântica e cruzar informações com a descrição da vaga. O currículo, agora, precisa primeiro convencer a máquina para depois chegar ao recrutador.

Para Jerry Soares, CEO da MPJ Solutions, consultoria especializada em outsourcing e alocação de profissionais de TI, a mudança altera completamente a lógica de contratação. “Todo avanço tecnológico gera uma reestruturação no mercado de trabalho. Hoje, cada palavra dentro do currículo pode



aproximar ou afastar um candidato da vaga desejada”, afirma.

Mas ele faz um alerta: “Quando a IA está bem treinada, ela consegue aproximar empresas e candidatos de forma muito eficiente. Mas um algoritmo mal calibrado pode eliminar profissionais extremamente qualificados apenas porque utilizaram uma expressão diferente da esperada ou um formato de currículo incompatível com a leitura automatizada”, explica Soares.

Entre os principais fatores que podem comprometer a leitura dos currículos pelos sistemas automatizados estão:

- ausência de palavras-chave alinhadas à descrição da vaga;
- uso de tabelas, colunas, imagens ou elementos gráficos que dificultam a leitura automatizada;
- informações ambíguas ou mal estruturadas;
- lacunas profissionais sem contextualização.

Os profissionais também estão se adaptando
Ferramentas capazes de

adaptar currículos automaticamente para diferentes vagas, gerar cartas de apresentação em segundos e acelerar candidaturas passaram a fazer parte da rotina de profissionais em busca de recolocação. O resultado é um volume cada vez maior de currículos circulando nas plataformas de recrutamento, e uma disputa mais técnica pela atenção dos algoritmos.

Segundo Soares, entender como estes filtros funcionam é fundamental. Por isso, ele aponta algumas estratégias que ajudam os profissionais a aumentar as chances de passar pelas triagens automatizadas:

1. Espelhe o vocabulário da vaga. Leia a descrição com atenção e use os mesmos termos que aparecem nela, não sinônimos, não traduções livres. Se a vaga pede “gestão de pipelines de dados”, seu currículo precisa ter exatamente essa expressão, mesmo que você chame isso de outra forma no dia a dia.
2. Abandone o currículo visual. Colunas, tabelas, ícones de habilidades em forma de barrinhas, foto: tudo isso confunde

os sistemas de leitura automatizada. Um currículo em texto corrido, com hierarquia clara de seções, passa pelos filtros com muito mais eficiência.

3. Nomeie tecnologias e ferramentas explicitamente. Não escreva “experiência com ferramentas de análise de dados”. Escreva “Python, SQL, Power BI, Apache Spark”. Os sistemas de ATS buscam por termos técnicos exatos. Quanto mais específico, melhor o match.

4. Contextualize qualquer lacuna freelance, projeto próprio, período de estudo, cuidado de familiar. Qualquer coisa que explique um intervalo entre empregos. O algoritmo penaliza espaços vazios sem referência. Uma linha de contexto já muda a leitura.

5. Personalize para cada vaga, não para cada empresa. Ter um currículo base e adaptar para cada processo não é exagero — é o mínimo. Candidatos que enviam o mesmo arquivo para todas as vagas competem em desvantagem clara contra quem ajusta o vocabulário a cada aplicação.

“Hoje, cada palavra dentro do currículo pode aproximar ou afastar um candidato da vaga desejada. Não porque o profissional é melhor ou pior, mas porque o filtro lê palavras, e você precisa falar a língua que ele entende”, afirma Soares.

Reta final do Imposto de Renda 2026

Com o prazo final da entrega do Imposto de Renda 2026 se aproximando, milhões de brasileiros ainda não enviaram a declaração à Receita Federal. Segundo dados divulgados pela Receita Federal, mais de 40% dos contribuintes obrigados a declarar ainda não haviam realizado o envio da documentação nesta reta final, aumentando a preocupação com atrasos, erros e riscos de cair na malha fina.

O contador, tributarista e mestre em Negócios Internacionais André Charone alerta que deixar para os últimos dias aumenta significativamente o risco de inconsistências fiscais e problemas futuros.

Segundo Charone, um dos principais equívocos cometidos pelos contribuintes na reta final é a pressa. “Muitas pessoas acabam esquecendo informes bancários, omitindo rendimentos extras ou lançando despesas médicas sem comprovação adequada. A Receita Federal hoje possui sistemas altamente cruzados e automatizados, o que torna a fiscalização muito mais eficiente”, explica.

A Receita Federal mantém o foco em inconsistências envolvendo movimentações financeiras incompatíveis com a renda declarada, despesas médicas elevadas, recebimentos via PIX, investimentos, ganhos com aluguel, operações em bolsas de valores e rendimentos de trabalho informal ou digital. Especialistas também reforçam que trabalhadores autônomos, influenciadores digitais, MEIs e profissionais liberais estão entre os grupos mais monitorados neste ano.

De acordo com André Charone, outro erro recorrente é acreditar que pequenos valores não precisam ser declarados. “Hoje a Receita cruza dados bancários, cartões, operadoras financeiras e diversas outras bases digitais. O contribuinte precisa entender que transparência é sempre o melhor caminho”, afirma.

O especialista orienta que os contribuintes revisem cuidadosamente documentos como informes de rendimento, recibos médicos, comprovantes educacionais, investimentos, fi-

nanciamentos e dados de dependentes antes do envio da declaração. Também é fundamental verificar se despesas dedutíveis realmente se enquadram nas exigências legais previstas pela Receita Federal.

Charone lembra ainda que quem perder o prazo está sujeito à multa mínima de R\$ 165,74, podendo chegar a até 20% do imposto devido, além de juros. “Mesmo quem não tiver todos os documentos organizados deve enviar a declaração dentro do prazo e posteriormente fazer uma retificação, se necessário. A multa por atraso pode ser muito mais prejudicial”, alerta.

O contador destaca ainda que a declaração pré-preenchida pode ajudar a reduzir erros, mas não elimina a responsabilidade do contribuinte pela conferência das informações. “A declaração pré-preenchida é uma ferramenta importante, porém os dados precisam ser revisados. Informações incompletas ou divergentes continuam sendo responsabilidade de quem declara”, completa.